

A tradição cívica da escola Francisco Pereira de Andrade no processo de construção da memória local em Itacima-CE

Alan Philipe Moreira Silveira¹

André Victor da Silva Oliveira²

Resumo: O presente trabalho aborda a tradição cívica da Escola de Educação Básica Municipal Francisco Pereira de Andrade do distrito de Itacima da cidade de Guaiúba-CE, no processo de resgate da memória local a partir dos desfiles apresentados à comunidade. O que suscitou problematizar a lógica em que se expõe a instituição para a população através do seu cortejo patriótico apreciado e vivenciado por uma grande quantidade de moradores. Para essa empreitada, foi necessária uma abordagem metodológica com base na pesquisa exploratória que se utilizou de um arcabouço de fontes escritas, orais e fotográficas para a análise do contexto histórico em estudo, que abarca as primeiras décadas do século XX até o contexto atual. À vista disso, buscou-se pela investigação dos atos que envolvem os desfiles, momento este, em que a escola tenta narrar e alegorizar sua própria existência, reunindo seus símbolos e personagens.

Palavras-chave: Desfile Cívico; Escola; Itacima; Memória Local.

The civic tradition of escola Francisco Pereira de Andrade in the process of construction of local memory in Itacima-CE

Abstract: The present work addresses the civic tradition of the Francisco Pereira de Andrade Municipal School of Basic Education in the Itacima district of the city of Guaiúba-CE, in the process of rescuing the local memory from the parades presented to the community. What raised to question the logic in which the institution is exposed to the population through its patriotic procession appreciated and experienced by a large number of residents. For this endeavor, a methodological approach was needed based on exploratory research that used a framework of written, oral and photographic sources for the analysis of the historical context under study, which covers the first decades of the 20th century to the current context. In view of this, we sought to investigate the acts that involve the parades, a moment in which the school tries to narrate and allegorize its own existence, gathering its symbols and characters.

Keywords: Civic Parade. School. Itacima. Local Memory.

1 Mestrando Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC da Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: alanphilipe90@gmail.com

2 Mestre Interdisciplinar em Humanidades (POSIH/Unilab) com bolsa de dedicação exclusiva (FUNCAP). E-mail: andrevictorsilva5@gmail.com

Introdução

É comum de todas as sociedades o ato de festejar, essa ação caracteriza os sujeitos em seus determinados espaços e tempo, são o modo de exteriorizar seus entendimentos, sentimentos e interpretações sobre a realidade e a construção social ao qual estão inseridos (CARVALHO, 1990). Localizando-nos na modernidade, a partir da formação dos Estados Nacionais, evidenciou-se a necessidade de formatar um universo simbólico que definisse e identificasse o Estado, ou seja, a construção de um aparato alegórico nacional que orientasse o imaginário social acerca do pertencimento à nação.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos (CARVALHO, 1990, p. 10).

Benedict Anderson (2008), ao conceituar antropologicamente a nação, a define como “uma comunidade política imaginada”, ou seja, simbólica. Visualizando suas limitações e sua soberania vai afirmar que: “ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32).

Dessa forma, a “comunidade imaginada” ou nação, engendra nos sujeitos a ideia de pertencimento a uma “pátria mãe”, “genitora de filhos” que se encontram agregados por uma causa ou condição em comum, a de ocupar um mesmo território imaginado. Nesse engendramento do imaginário nacional sobre os sujeitos, uma multiplicidade de signos que encarnam e organizam a identidade são exteriorizados, dando sentido e visualidade a uma nação que é criada e recriada, surgindo nela e para ela, um aparato de objetos e situações alegóricas que subsidiarão a expressão da nacionalidade compartilhada (OLIVEIRA, 1989).

Os estados nacionais foram pródigos em definir hinos, bandeiras, imagens e símbolos que “personificam” a nação, fornecendo-lhes o sentido de identidade e expressando sua soberania. Legitimidade, soberania e cidadania são as questões centrais de construção de uma nação e se fazem presentes na organização da tradição e da memória coletiva, constituidora da identidade nacional (OLIVEIRA, 1989, p. 181).

Nessa corrente, Victor Turner (2005) destaca que é comum que toda sociedade elabore e possua símbolos, eles servem para dar sentido a identidade de cada povo, alimentam e personificam os costumes, projetando uma existência para além do rotineiro e comum. Os símbolos demarcam temporalidades e territorialidades na unidade ou na hierarquização, dando sentido social ao grupo ou nação.

Dessa elaboração, da invenção dos mitos e símbolos, destacamos a tradição das festas cívicas como organização máxima de uma narrativa a respeito da constituição e aspirações de uma comunidade nacional. É nesse evento que encontramos a junção de todos os símbolos que caracterizam a nação, desde bandeiras e hinos a personagens e suas representações. Como ritual central dessas festas localiza-se o cortejo ou parada, elemento de exposição preparado para narrar imagetivamente os feitos e os ideais da nação (CARVALHO, 1990).

O antropólogo Roberto DaMatta (1986) afirma que é característico dos Estados nacionais possuírem essas formas de desfile, considerando a diversidade e variação do seu significado. DaMatta ainda ressalta que, através dessas grandes festividades podemos retirar leituras significativas das relações ali representadas, objetivando os desfiles como uma espécie de encenação, onde se permite por meio de atenta observação alcançar a inteligibilidade a respeito da formação da nação.

Todas as festas – ou ocasiões extraordinárias – recriam e resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais. Nelas, aquilo que passa despercebido, ou nem é visto como algo maravilhoso ou digno de reflexão, estudo

ou desprezo no cotidiano, é ressaltado e realçado, alcançando um plano distinto (DAMATTA, 1986, p. 83).

Lacerda (2012) também pontua que a prática dos cortejos acompanha a humanidade no decorrer dos tempos, é por meio deles, dos desfiles que a sociedade prepara para si mesma, que os diferentes grupos sociais expressam suas crenças, posições políticas, conquistas e denúncias, é ele um lugar de produção de sentidos.

Albuquerque Junior (2011) ainda salienta que a festa é uma forma de expressão, linguagem, produção de significados acerca da ordem social e dos desejos, sonhos e delírios de uma determinada sociedade, um evento aberto à recepção e interpretação dos dramas e sentidos nela produzidos.

Entende-se a festa como acontecimento, como momento marcado e marcante, formulado em vista de um acontecimento do passado, evento que rompe com o cotidiano de lugares muitas vezes pacatos, invertendo a lógica do dia a dia.

As festas patrocinadas pelo Estado, como as comemorações da Independência, também celebram uma ocorrência real, o nascimento de uma nação, e por isso são eventos paradigmáticos que justificam a importância da data. Aqui estamos diante de um rito de calendário coletivo, um aniversário (e uma formatura) nacional. Evento que congrega simultaneamente, numa espécie de síntese, uma série de ritos de passagem. É a morte de uma relação (o elo colonial), é nascimento de outra vida (o país que se torna independente) (DAMATTA, 1986, p. 92).

Destaca Oliveira (1989) que em torno dessa ocorrência do real, da comemoração dos fatos, da reunião de lembranças sobre os feitos, das conquistas, dos heróis, se constrói e se rememora o passado, são contribuições efetivas dadas pelas festas a legitimação e coesão social da nação. A festa cívica atua para não se deixar esquecer.

Para além da integração social, a festa cívica e os símbolos associados a ela, produzem em seu contexto uma postura coletiva, essa postura assumida pelos sujeitos da nação é reafirmada pela repetição e rememoração imagética das alegorias produzidas pelo desfile.

Nas festas da ordem, a ênfase é sempre colocada na ordem, na regularidade, na repetição, na marcha ordeira, no cântico cadenciado, no controle do corpo que, repito, remete a ideia de sacrifício e disciplina, esses dois ingredientes básicos da promessa (DAMATTA, 1986, p. 87).

A festa da ordem requer a ordem, a moral, a civilidade, requer essa postura repassada e reforçada no desfile cívico, evidenciando o controle do corpo individual e coletivo pelo Estado como instituição que dita e regula o ritual da tradição. DaMatta (1986) ainda acentua que é esse reforço preconizado pelo cerimonial da ordem que age sobremaneira na manutenção dos padrões hierárquicos da sociedade.

Desse modo, se uma pessoa é presidente, governador, senador, deputado, secretário, juiz ou professor, é exatamente assim que deve aparecer nos ritos da ordem. Pela mesma lógica e seguindo o mesmo princípio do reforço e da ampliação, se a pessoa não tem qualquer autoridade ou posição social e faz parte daquilo a que chamamos genericamente “povo”, é deste lado que deve ficar (DAMATTA, 1986, p. 87-88).

Com o exposto, DaMatta (1986) indica a associação entre o rito e a manutenção do *status* e poder social, onde em tais ritos, os da ordem, os papéis jamais se confundem, visto que esses são eventos para marcar, reforçar, relembrar e arraigar posições, inscritas e delimitadas no cortejo e representação da ordem vigente.

Embora os desfiles ou cortejos da ordem se centralizem em expressar através dos símbolos e ritos uma ideia de coesão nacional, esses eventos podem carregar no seu interior antagonismos. Numa interpretação contemporânea dos sentidos do festejar, Albuquerque Junior (2011) assinala que:

Estamos longe, aqui, de tomar as festas como manifestações autênticas do povo, como espaços de um mundo à parte, paralelo ou resistente à dominação, mas aqui as festas são espaços de negociação, de tensões, de conflitos, de alianças e de disputas entre distintos agentes, que se conflitam e se debatem em

torno não só dos sentidos e significados a serem dados à festa, como também em torno das práticas que as constituirão, dos códigos que as regerão, das regras que estabeleceram permissões e proibições, que definirão limites e fronteiras entre o que pode ser admitido e o que deve ser excluído (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 147-148).

Enquanto ritual de expressão da ordem, as festividades cívicas agregam disputas e conflitos entre os agentes que buscam representar essa ordem, há aí uma disputa por posições que buscarão reformular o sentido da ordem, projetando nas festividades novas narrativas a partir do lugar que se ocupa. A festividade cívica torna-se a reutilização de uma narrativa a partir do lugar de quem narra, agrupando novas roupagens, se constitui na contemporaneidade como uma permanência em reconfiguração, reorganizando o ritual em seu tempo e espaço.

Conquanto, o desfile cívico sinaliza os lugares de poder e autoridade, espaço de construção e conflito do ser político, elaborado entre as tensões daqueles que serão representados em detrimento do esquecimento de outros. Como afirmou DaMatta (1986), reparar as festividades, em fundamental as da ordem, é enveredar-se na compreensão análoga da constituição das relações econômicas, culturais e políticas que fazem do Brasil, Brasil.

Tendo como proposta fundamental desvendar os elementos que constituem o desfile cívico da Escola Francisco Pereira de Andrade no distrito de Itacima da cidade de Guaiuba-CE, dos seus primeiros registros na segunda metade do século XX até uma reflexão sobre a influência da instituição para a comunidade escolar atual, destacamos a sua funcionalidade para além de uma tradição do civismo. Na medida em que esta funcionalidade constitui-se de um evento com características próprias e um papel de relevantes contribuições, seja pelo seu estilo de tratar da educação, seja pelo seu caráter de expressar os agentes sociais escolhidos como figuras históricas locais, utilizando-se de um ritual que ultrapassa o espaço da sala de aula e acaba atingindo a comunidade geral.

Em vista disso, o caminho metodológico que orientou a construção dessas reflexões foi realizado com base na pesquisa exploratória. Para Gil (2008) esse tipo de pesquisa consiste em proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, aliando levantamento documental e bibliográfico sobre o problema abordado. Dessa forma, utilizou-se um arcabouço de fontes escritas, orais e fotográficas, a serviço de uma aproximação com os acontecimentos históricos envolvidos com o objetivo da pesquisa, bem como, o auxílio bibliográfico para o entendimento de fenômenos corriqueiros ao recorte temporal em estudo.

Dessa maneira, o propósito deste trabalho foi buscar contribuir para uma maior compreensão do desfile cívico, proporcionando ao leitor uma visão mais ampla sobre o ritual, tanto no sentido amplo do festejar, quanto em suas particularidades como evento historicamente intrínseco a Escola Francisco Pereira de Andrade e a comunidade de Itacima.

A história da escola Francisco Pereira de Andrade

A história da educação no distrito de Itacima ainda é pouco conhecida. É sabido que o ensino nas primeiras décadas do século XX estava restrito a grupos que podiam custear as aulas, ministradas por professoras particulares que costumeiramente usavam as suas próprias residências como ambiente de trabalho. De modo muito simples, se estudava por meio de cartilhas e tabuadas, o que conferia aos alunos um básico aprendizado das letras e das operações matemáticas aplicadas no cotidiano.

No antigo povoado da Torre³, as primeiras orientações educacionais se davam em prédio alugado. Um breve histórico da Escola Isolada de Itacima remonta ao ano de 1937, apresentando Maria Laís de Castro Oliveira e Engrácia Vieira como professoras enviadas pelo governo do Estado do Ceará. Outras fontes citam que, num período anterior a 1937, o senhor Francisco Pereira de Andrade (1865-1921), patriarca de uma das primeiras famílias a se

3 Até a mudança provocada pelo decreto-lei estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, denominava-se Torre o atual distrito de Itacima, pertencendo a divisão político-administrativa do município de Pacatuba (CE) até 1987.

estabelecer em Torre, foi o responsável por trazer a primeira alfabetizadora, a senhora Laura Martins, em 1904.

Entre as professoras que lecionaram em casa, as mais lembradas são Deomédia Valentim Maia (1911-1983), “Dona Deomédia”, titular da Escola Auxiliar, e Laís Valentim Leitão (1923-2002), que dava aula em um salão pertencente a sua família, as duas mantidas pela Prefeitura Municipal de Pacatuba. Assim como a “Escola Bom Futuro”, já nos anos 1970, da professora Simone Lima, que funcionava na residência do senhor Mário Jorge, seu pai. Conta-se que nessa escola não havia cadeiras para os alunos, apenas uma tábua em cima de caixotes que serviam como birô.

Na Escola Auxiliar de Dona Deomédia, situada ao lado da capela de São José, havia lousa e giz, misturavam-se os alunos de várias faixas etárias sob os métodos rigorosos daquela professora, que apesar de rígida e sem formação aprofundada, se mostrava exitosa no seu modo de ensinar.

Tempos depois, aproximadamente em 1951, quando o pacatubense Faustino de Albuquerque e Souza governava o Ceará, e por intermédio do vereador Manuel da Cunha Leite (1893-1971), o “Seu Manduca”, foi fundado no distrito Torre um pequeno grupo escolar, em terreno doado pelo político Deodoro Valentim Maia (1913-1992) e sua esposa, Alice Cordeiro Valentim (1914-2000), onde se construiu uma simples sala de aula. Posteriormente, esse pequeno grupo escolar passou a ser denominado “Escola Isolada de Itacima”, talvez por sua distância do centro do distrito, na época menos habitado, uma região chamada de “Outro lado” ainda nos dias de hoje.

Para a Escola Isolada foram nomeadas professoras de outras cidades, como Mafisa, docente vinda do bairro Montese de Fortaleza e hospedada na Fazenda Boa Esperança, na localidade Bom Princípio, residência do vereador Manduca Leite.

Em 1964, foi nomeada para a Escola Isolada a professora Osanira Maia de Lima (1938-2007) e em seguida, a professora Francisca de Abreu dos Santos (1925-2018), ambas haviam concluído o curso ginásial. O ensino ginásial havia sido instituído pelo Decreto Nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, e estabelecia um exame de admissão para aqueles que desejavam prosseguir com os estudos após a conclusão do ensino primário. O ginásio constituía o segundo ciclo de estudos, correspondendo a quatro anos de ensino que antecedem o colegial (ZOTTI, 2004; VIEIRA, 2015).

Figuras 1 e 2 - Escola Isolada de Itacima, final dos anos 1990 /
Escola Carmina Valentim Maia, agosto de 1986.



Fonte: Álbuns de fotografias da
E.E.B.M Francisco Pereira de Andrade

Com o crescimento da população local e uma maior procura por instrução escolar, foi construído no início dos anos 1970 um prédio, numa área mais uma vez doada por Deodoro Valentim Maia, servindo para o ensino do 1º a 4º ano, visto também a necessidade por um espaço escolar fixo, descartando a necessidade de alugar outros imóveis ou de estudar na casa das próprias professoras.

Esse novo prédio, de amplas salas, situado na rua Luiz Pereira de Andrade, mais ao centro do distrito e

distante da Escola Isolada⁴, ganhou o nome de Carmina Valentim Maia (1885-1945), em homenagem à mãe de duas personalidades locais, o vereador Deodoro, doador do terreno, e sua irmã, a professora Deomédia Valentim Maia.

No ano de 1978, o município de Pacatuba recebe o Sistema de TV Educativa (TVE), emissora de televisão pública, que consistia na produção e difusão de programas para educação à distância, posteriormente transmitidos pela TV Ceará (TVC), à qual Itacima foi o primeiro distrito a implementá-lo. Era tempo de grande vitória para a educação da antiga Torre, pois com a adesão a TVE, se adquiria a possibilidade de avançar nos estudos com as novas turmas de 5ª a 8ª série.

Nesse momento, a carência por salas de aula ainda era um problema corrente, o que levou a necessidade de se construir mais três salas no mesmo terreno em que estava situado o prédio Carmina Valentim Maia. Foi quando em 1980, na administração do prefeito Valter do Carmo Filho (1977-1982) se construiu o que pelo Decreto Nº. 228/81 se tornaria a Escola de 1º Grau Francisco Pereira de Andrade. Também é do ano de 1981 a primeira turma a concluir a 8ª série em Itacima.

O novo prédio escolar ganha esse nome em homenagem ao senhor Francisco Pereira de Andrade (1865-1921), influência econômica e política da antiga Torre, pai da senhora Raimunda Pereira de Andrade (1899-1986), tabeliã do cartório de Itacima (Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais) fundado em 1904. Dona Raimundinha, como era conhecida, portava *status* de autoridade local, sempre como influenciadora dos bons modos e da educação, costumava frequentar todos os eventos da escola, onde na maioria das vezes fazia discursos ou recitava poesias.

Para primeira diretora da Escola de 1º Grau Francisco Pereira de Andrade, foi indicada a professora Osanira Maia de Lima, que já se destacava à frente da Escola Isolada. Dona Osanira, assim chamada, capitaneou a escola com muita rigidez, permanecendo no cargo até dezembro de 1988, após o então distrito Guaiúba se desmembrar do município de Pacatuba pela Lei Nº 11.131, de 13 de março de 1987, incorporando Itacima ao novo município.

Figura 3 - Escola de 1º Grau Francisco Pereira de Andrade, 1981.



Fonte: Álbuns de fotografias da E.E.B.M Francisco Pereira de Andrade

Foi por meio da Escola Francisco Pereira de Andrade e pela figura da professora Osanira que o distrito de Itacima se destacou no município de Pacatuba, não só no que conferia à educação, mas pelas melhorias nas áreas de saúde e assistência social. Foi também nesse período de crescente movimentação cultural para a pequena localidade, que ficou conhecido por suas festas folclóricas, as animadas formaturas de 8º série e os impecáveis desfiles de 7 de Setembro, todas organizadas sob o rigoroso olhar de Osanira.

Funcionando com mais de 400 alunos nos turnos da manhã e tarde, oferecendo formação do 1º ao 9º ano, divididos em ensino fundamental I e II, a E.E.B.M Francisco Pereira de Andrade é a maior instituição no distrito

⁴ Quanto à Escola Isolada, foi extinta em 1990, sendo reativada em 1994, passando a servir para a educação de adultos em 1997 ao ser transferida da responsabilidade do estado do Ceará para a administração municipal de Guaiúba. O decreto 061/01 de 21 de dezembro de 2001 a transforma em uma instituição própria da educação infantil, sendo reinaugurada em 2003 com o nome de Centro de Educação Infantil (CEI) Deodoro Valentim Maia.

de Itacima, fazendo parte do cotidiano de gerações de discentes, docentes e funcionários. Sua história está inserida na história da velha Pacatuba, assim como permeia a nova Guaiúba, fazendo vulto aqueles que por ela passaram, deixando marcas e tradições ainda muito presentes.

Da festividade cívica ao resgate da memória local: criação do desfile e o modo que se desenvolve

Entre as muitas comemorações organizadas pela Escola Francisco Pereira de Andrade a partir do tempo de Osanira, uma delas ganha a rua, era chegado o momento de mostrar a todos, para além do espaço da escola, a disciplina e o respeito aprimorado cotidianamente pelos alunos em sala de aula. Desde a criação da Escola Isolada e seu desenvolvimento no contexto do regime militar brasileiro (1964-1985), se passou a vivenciar regras impostas ao sistema comportamental e disciplinar do ambiente escolar. Era uma educação concebida como instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de viabilizar-se por meio do *slogan* “Brasil Grande Potência” do regime militar (FERREIRA JR; BITTAR, 2008).

O cotidiano da escola era marcado por práticas transportadas dos costumes militares, como se levantar da cadeira na presença da diretora, numa espécie de continência em respeito e obediência prestadas aquela figura de autoridade escolar. Observando as tradições, sempre antes de se começar as aulas, faziam oração e se cantava o hino nacional, como inspirava o Artigo 2º do Decreto-Lei Nº 869, de 12 de setembro de 1969 que instituiu a Educação Moral e Cívica, pregando a preservação do espírito religioso e a manutenção do caráter nacional (GONDIM; COSTA, 2019).

Entre os valores e ações da Educação Moral e Cívica, estava a promoção de atos cívicos, não só bastava cumprir com a norma escolar, era preciso mostrar para o povo que naquela escola preparavam-se cidadãos patriotas, obedientes, dedicados à família e à sociedade. O Dia da Pátria tornara-se o momento ideal para, além de cultuar a nação e seus símbolos, se mostrar na prática toda a teoria moral e cívica internalizada em sala de aula (GONDIM; COSTA, 2019).

Em Itacima, na época dos primeiros desfiles, o responsável pelo ensaio era o Cabo Sansão Pereira Florêncio (1923-1976), que com sua firmeza militar não deixava escapar nenhum detalhe que causasse imperfeição naquele evento.

A farda e o sapato eram indispensáveis, se o aluno estivesse com um dos pés doentes, que fosse com um pé calçado no sapato e o outro no chinelo, mas nunca desobedecendo a regra do fardamento.

Ademais, o desfile da Escola Francisco Pereira de Andrade se constituiu de fortes representações da memória local. Foi sempre comum que se encene e homenageie personalidades que fizeram ou fazem parte da história do distrito, assim como a indivíduos externos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento do lugar. É perceptível como essa característica da homenagem já se tornou parte tradicional no roteiro do evento.

O desfile vai à rua para apresentar a escola e seus trabalhos desenvolvidos ao público externo. Em cada pelotão, representa-se valores, costumes, danças, culinária, religiosidade, as datas comemorativas do município e da própria Itacima, constituindo um evento não só em louvor à pátria e seus vultos históricos, mas também uma narrativa lúdica e alegórica das tradições locais.

Essa conexão entre escola, comunidade e rua, delineou o desfile como um lugar de produção de memórias locais, assim como lugar de disputa e reafirmação de poder, uma ponte narrativa e simbólica não só do ambiente educacional, mas espaço da transformação do evento em espetáculo das tradições, lembradas e ressignificadas pelo povo de Itacima, anualmente contadas e recontadas em cada desfile cívico.

Lugar de memória: o desfile, a rua e o poder

O desfile da Escola Francisco Pereira de Andrade, desde o seu início, está circunscrito a um espaço específico. Invariavelmente, alunos e professores se organizam para a saída do cortejo cívico de frente ao polo de convivência Deodoro Valentim Maia, bem próximo da Escola Isolada, em distância aproximada de $\frac{1}{2}$ (um meio) quilômetro (500 m) para o centro de Itacima. Por volta das 16h (dezesesseis horas), com os pelotões já posicionados, caminha-se em ritmo compassado rumo ao centro do distrito, percorrendo pela rua Guilherme Pereira de Souza até a praça Paulino Avelino Maia (centro).

Na praça central, as concentrações de moradores que já saíram de suas casas esperam ansiosamente pela aproximação do cortejo, uns mais jovens na euforia de fazer um registro fotográfico, outros mais vividos com a perspectiva de relembrar o tempo em que participavam, observam atentos, fazem críticas e elogios, se desapontam em perceber aquele aluno que não está calçando sapato e não “marcha” como exige a ocasião. Pouco a pouco, em seu movimento circular em volta da praça, o desfile da Escola Francisco Pereira de Andrade vai causando impressões, emoções, reunindo lembranças e memórias comuns, depositadas em um só evento e lugar. Aquela rua cotidianamente monótona, reveste-se com a simbologia suscitada por um acontecimento único e particularmente expressivo para a história do local.

O historiador francês Pierre Nora ao falar sobre os lugares de memória, destaca que mesmo os lugares puramente utilitários, uma rua em sua função de ser transitável, quando envolvida de uma simbologia, ao ser espaço de um ritual, como no momento da festa cívica, transpõe-se de seu lugar concreto e simplesmente material para um lugar de memória. É naquele espaço material e ao mesmo tempo simbólico que está garantida a cristalização e a transmissão da lembrança de acontecimentos e experiências coletivas aos que não vivenciaram (NORA, 1993).

O lugar de memória é o lugar do acontecimento vivido, experienciado, do despertar para a memória coletiva que o investe. Não é o espaço estático do acontecimento histórico passado, é o lugar onde o simbólico se materializa na reelaboração do evento que nele habita. Nora, sobre a essência e especificidade dos lugares de memória, ressalta:

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

Tal fundamentação, nos direciona a pensar o desfile cívico e a rua como lugares genuinamente de memória, inscritos em um espaço concreto da praça, das casas, da estrada, e no simbólico dos gestos, representações e adereços exibidos no cortejo, sua finalidade é a de evocar e ritualizar as lembranças, ao fundo, um lugar de se impedir o esquecimento. É por meio dessa ritualização da lembrança, convertida em memória coletiva, que os grupos envolvidos encontram na contemporaneidade, sua identidade convergente, reunida em elementos que lhes dão sentido (NORA, 1993).

A rua, ou seja, o entorno da Praça Paulino Avelino Maia engloba o desfile, vivendo a metamorfose e a transformação do concreto em ritual, sendo o pano de fundo e personagem do espetáculo cívico que percorre gerações no distrito de Itacima. As imagens desses desfiles, ocorridos sempre no mesmo espaço, nos proporcionará exprimir imagetivamente as transformações do concreto (rua) e do simbólico (desfile) no evento. As encarando não como anexo ao entendimento do texto, mas como próprio texto em sua capacidade narrativa.

Nas imagens a seguir, é possível perceber a constante vigilância exercida pelos professores sobre os discentes participantes, o que a todo instante conferia correções no comportamento, numa marcação cerrada sobre cada gesto desviante que pudesse ocasionar irregularidades ao cortejo. Nota-se também pelas imagens, o alinhamento do uniforme escolar, ainda a principal vestimenta dos alunos durante a participação no desfile, o que confere um lugar comum para uma maioria de farda, e distinção para aqueles que se destacam trajando outros adereços. É notável

também, o capricho com os símbolos da pátria e da escola, como as bandeiras e os brasões, que fazem a abertura dos desfiles e são carregados com extrema seriedade.

Figuras 4 e 5 - Pelotão em homenagem a TV Educativa, início dos anos 1980 / Desfile cívico no centro de Itacima em 1994.



Fonte: Álbuns de fotografias da E.E.B.M Francisco Pereira de Andrade

Como festa da ordem, o desfile cívico imprime e mantém no espaço da rua as posições sociais em que os sujeitos do evento devem aparecer. Esse evento, hierárquico, de contrição e dever, não abre margem para a troca de papel, a sua ritualística acentua as diferenças e centra-se nas autoridades (DAMATTA, 1986, p. 87).

Desse modo, se a pessoa é presidente, governador, senador, deputado, secretário, juiz ou professor, é exatamente assim que deve aparecer nos ritos da ordem. Pela mesma lógica e seguindo o mesmo princípio de reforço e de ampliação, se a pessoa não tem qualquer autoridade ou posição social e faz parte daquilo a que chamamos de “povo”, é deste lado que deve ficar (DAMATTA, 1986, p. 87–88).

O desfile distribui pela rua o lugar que cada sujeito deve ocupar, delimita-se o espaço do cortejo, o local das figuras da ordem, ou seja, as autoridades constituídas, e nas margens, localiza-se o povo, todos aqueles que prestigiam o evento, em sua maioria como figuras passivas.

Como figuras da ordem, as autoridades como o prefeito municipal e as demais influências locais, aparecem em lugar destacado, seja em palanques ou espaços reservados, mantém-se delimitação em relação aos demais, copiando no evento as diferenças sociais realmente existentes no mundo diário (DAMATTA, 1986, p. 87).

Desta feita, o desfile cívico sempre encontra relação com o poder ao dar lugar de destaque às autoridades, em conservar e reproduzir posições de prestígio e distinção social, seja aos vivos ou aos mortos. Não é de se estranhar que em todos os desfiles, figuras do presente e do passado, com influência política ou econômica na história de Itacima sejam representadas e homenageadas. Entre elas, e as mais constantes, a professora Osanira Maia de Lima e o ex-vereador Deodoro Valentim Maia, a professora Laís Valentim Leitão e seu esposo José Alexandre, o advogado José Irenilson Valentim Leitão, que por 40 (quarenta) anos coordenou a comunidade à frente da igreja católica, a tabeliã Raimundinha Pereira de Andrade, são alguns que todos os anos povoam essa memória do poder relacionada aos desfiles.

Figura 6 – Autoridades do município de Guaiúba e distrito de Itacima, 1994.



Fonte: Álbuns de fotografias da E.E.B.M Francisco Pereira de Andrade

O modo em que tem se organizado as homenagens feitas pelo desfile cívico da Escola Francisco Pereira de Andrade, demonstra a perpetuação do que deve ser recordado. A escola relembra por meio das suas comemorações, homens e mulheres que de um modo geral e particular agregam significados para a escola e para o distrito de Itacima.

Logo, as comemorações de cunho obrigatório e/ou voluntário festejadas pelos grupos escolares revelam-se também como uma das esferas em que se dá o reconhecimento da memória coletiva. Ao fazer opção por e dar publicidade a determinados fatos e eventos históricos, a festa escolar cívica perpetuava uma recordação, separava o que tinha importância e o que não era relevante para a história/memória dos alunos e para a fundação de sua identidade social. (BENCOSTTA, 2006, p. 06).

Ao selecionar fatos e indivíduos específicos, a escola e o desfile optam por narrar a história como lhe convém. São esses os ídolos que importam e fazem sentido para a identidade do grupo, e serão esses os que estarão sendo recordados e homenageados ano após ano, enquanto as suas ações fizerem sentido e suscitarem lembranças. Razões as quais garantirão sempre um espaço no cortejo memorial do desfile cívico.

O evento cívico no calendário escolar republicano e os aspectos locais do município de Guaiúba-CE

Na tradição republicana a oferta da educação é dever do Estado com um sistema de ensino centralizado. Nesse sentido, a construção do calendário escolar, bem como, as atribuições teóricas, metodológicas e didáticas compreendem a uma tentativa de uniformização curricular da educação a partir do gerenciamento do Estado no sistema educacional brasileiro (CHIZZOTTI; PONCE, 2012). Por este viés, com a instauração da República Brasileira, houve a inserção de políticas públicas no currículo da educação básica com responsabilidade imediata de estados e municípios no controle das diretrizes pedagógicas, curriculares e disciplinares.

Por essa lógica estrutural, as festas cívicas entram no tempo escolar como uma celebração e enaltecimento da ordem e da civilidade com eventos de simbologia ambígua, ao passo que se inserem como ruptura no cotidiano, por sua externalidade em relação ao espaço demarcado da escola, também atuam como eventos que congregam o tempo da escola ao espaço do dia a dia.

Tal especificidade, coloca a festa cívica num tempo de se mostrar e se fazer o ensino da história e das tradições, ultrapassando a circunferência da sala de aula e atingindo públicos heterogêneos para além daquele em faixa escolar. O tempo das festas cívicas, para a escola, não contradiz o feriado, não opõe o tempo do trabalho ao tempo do ócio, pois constitui-se também em tempo de aprender (SILVA, 2009).

Para Victor Turner (2005), os rituais humanos no geral costumam ser orientados por símbolos que se constituem em meio ao processo social. Através desses signos, as sociedades se organizam e ajustam seu

comportamento ao contexto em que estão relacionadas.

Para o tecido social, o ritual adquire importância em sua manutenção do despertar para o sentido de grupo, de integração e pertencimento a determinada cultura, na afirmação das identidades e dos papéis desempenhados pelos indivíduos no interior de cada grupo. O ritual concebe uma fase de ajustamento a mudanças, internas relativas aos sujeitos, e externas concernentes à ordem social, adaptando os indivíduos ao contexto da coletividade.

Entre os símbolos que orientam a temporalidade e o ritmo de produção das atividades coletivas, insere-se o calendário. Cândido (2007) acentua que os calendários se constituem, para além da representação temporal da experiência humana, como dispositivos de organização e controle homogeneizador dos sistemas de ensino. É através dele que se determinam as atividades relativas ao cotidiano escolar, internas e externas, de alunos, professores, pais e gestores.

Pode-se dizer que os calendários, em suas dimensões qualitativa e quantitativa, refletem as perspectivas, os modos de se pensar e de se fazer educação escolar. Não apenas divulgam, mas impõem os ritmos escolares e as cadências das atividades docentes e discentes (CÂNDIDO, 2007, p. 63).

Albuquerque Junior (2011) pontua que o calendário das festas nacionais e cívicas é fruto da laicização do Estado, numa perspectiva positivista pós-Revolução Francesa em que as nações ocidentais tenderam em substituir a maioria das suas datas festivas, antes organizadas em torno de festejos católicos, como dos dias de padroeiros e padroeiras. Nessas substituições, entraram à tona datas representativas de fatos e figuras nacionais republicanas, constituindo os novos momentos a serem lembrados e relembrados para a legitimação da nova ordem em vigência.

Nessa perspectiva, segundo afirma Bittencourt (1988), entraram para o cotidiano escolar uma série de atividades que internalizaram o espírito republicano. Entre as comemorações oficiais da escola, situava-se o hasteamento da bandeira nacional, o canto de hinos pátrios, desfiles e demais ações que abarcasse o ideário do civismo.

Vânia Cristina da Silva (2009) assinala que os calendários se constituíram como os principais referentes temporais no cotidiano da escola, responsáveis pela estruturação das práticas profissionais no uso demarcado do tempo cotidiano. Desse modo, o calendário tornou-se a mais efetiva ferramenta de controle e administração do tempo escolar, nele se elegeram dias e se demarcou o que festejar, converteu-se o tempo escolar em propriedade do Estado, seria ele quem indicaria os homens e fatos a serem considerados heroicos, o que deveria ser lembrado e aquilo a ser esquecido. Transformava-se o calendário em instrumento necessário ao poder dos dirigentes.

Na cidade de Guaiúba, município onde está situada a Escola de Educação Básica Municipal Francisco Pereira de Andrade, é comum que anualmente se apresente, através da Secretaria Municipal de Educação, o calendário da semana cívica. Nesse calendário, exibido em forma de cronograma, a Secretaria Municipal de Educação distribui os dias e horários para os desfiles de cada distrito e localidade do município, representados por sua respectiva escola.

Cada escola é orientada pela Secretaria de Educação do município a seguir o horário proposto pelo calendário, numa estratégia adotada para garantir a não coincidência entre os eventos em cada distrito ou localidade. Entretanto, a demarcação do cronograma dos desfiles possibilita a integração de membros externos ao evento, como voluntários de outras escolas e órgãos da prefeitura que podem somar-se a festa, na maioria das vezes como integrantes da banda marcial, guardas municipais que fazem a segurança do desfile, funcionários da própria Secretaria de Educação, entre outros.

O calendário da semana cívica local, além de trazer datas e horários preestabelecidos, ainda exhibe a temática adotada para aquele ano. O tema do desfile é escolhido pela Secretaria Municipal de Educação e aparece como questão inerente ao evento, é por meio dele que as escolas produzirão os acessórios que irão compor os pelotões, e que serão divididos em subtemáticas. São faixas, cartazes, fantasias, bandeiras e encenações, tudo produzido por alunos e professores em sala de aula durante o mês de setembro, e que serão levados à rua para ornar o espaço e o imaginário da festa cívica.

Como evento mais importante da Escola Francisco Pereira de Andrade e um dos mais relevantes para a comunidade de Itacima, o desfile cívico tem a capacidade de movimentar alunos e professores durante as semanas que antecedem o dia 7 de setembro. Com temáticas e discussões que relacionam os trabalhos escolares com o cotidiano do indivíduo em sociedade, torna-se o evento cívico e o contexto de aprendizagem que o envolve, uma realidade de formação que percorre de dentro para fora do ambiente escolar.

Desta feita, o desfile cívico aproveita a oportunidade e o seu espaço na rua para tratar de temas que vão além da ética, dos valores e dos símbolos pátrios. Através dele, alinha-se educação formal e educação popular, reúne-se saberes dimensionados entre o tradicional e o moderno, colocados em convergência numa festa onde a recordação e os ensinamentos são tratados e transmitidos conforme o entendimento e o modo de pensar, tanto do povo de Itacima, como da sua Escola Francisco Pereira de Andrade em suas determinadas épocas.

Assim, tem-se no desfile cívico a expressão do modo de se entender em sociedade, num cortejo festivo que a escola busca narrar e alegorizar a sua própria existência, reunindo seus típicos símbolos, organizando seu próprio ordenamento, orientando e educando seus envolvidos.

Considerações finais

Ainda é escassa as pesquisas que se voltam para o estudo das festas cívicas no contexto escolar, muitas vezes encaradas como uma temática desviante da perspectiva pedagógica. Entretanto, este trabalho buscou oferecer, mesmo que de maneira concisa, uma contribuição ao entendimento dessa manifestação que se relaciona com a história da escola e da comunidade, de forma que a sua abordagem nos proporcionou visualizar o engendramento de uma narrativa didática expressada pelo desfile da escola.

O desfile cívico da E.E.B.M Francisco Pereira de Andrade é expressado num cortejo que narra e representa a história e as atividades da própria escola, apresentando ações do passado e do presente escolar, combinadas em um lugar de memória que é a rua central, o entorno da Praça Paulino Avelino Maia. Numa construção entre espaço material e simbólico que orienta uma identidade local, ao definir e apresentar seus agentes históricos, seguindo um traçado ritual aproximativo entre comunidade e escola, unidos por uma constante reelaboração do comportamento cívico nacional.

Através do desfile, a escola exhibe seus múltiplos papéis sociais, despertando a consciência não só dos alunos, mas de todos os envolvidos naquele momento cívico. A parada cívica do 7 de setembro, em sua relação contemporânea, alegoriza uma manifestação educativa popular, simples e alcançável, onde estende-se para a rua e para o público, todo o saber formalizado em sala de aula. O desfile atua, para além de expressão do civismo, como expressão da cultura e da identidade local, conciliadas numa festa da pátria.

Por fim, esta análise viabilizou, assim como atestou o antropólogo Roberto DaMatta (1986), o quanto uma manifestação festiva pode resgatar o tempo e o espaço, ao passo que recria e ressignifica aquela memória coletiva a respeito da trajetória da Escola Francisco Pereira de Andrade e das relações sociais que a envolvem com a comunidade de Itacima, retratadas e recontadas pela simbologia de cada desfile.

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Revista Patrimônio e Memória**. v.7, n.1, 2011, p. 134-150. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/147/147>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 26-83.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves, (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.) **O ensino de História e a criação do fato**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 de mai. 2022.
- CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29012008-163237/en.php>>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHIZZOTTI, Antonio; PONCE, Branca Jurema. O currículo e os sistemas de ensino no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 3, 2012, p.25-36. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss3articles/chizzotti-ponce.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. Cedes**: Campinas, vol. 28, n. 76, 2008, p. 333-355. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Y59LVTRh6zQ8WCyXYkkRGQt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONDIM, Amanda Marques de Carvalho; COSTA, Alexsandro Barbosa da. A Educação Moral e Cívica no Brasil durante a ditadura: poder e resistências. **Foro de Educación**, v. 17, n. 26, 2019, p. 153-173. Disponível em: <<https://forodeeducacion.com/ojs/index.php/fde/article/view/597>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- LACERDA, Mitsi Pinheiro de. A presença da escola no desfile de aniversário da cidade pequena. **Revista Educação em Perspectiva**. Viçosa, v.3, n.2, 2012, p. 282-306. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6565>>. Acesso em: 02 abr. 2022.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n. 10, 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Revista de Estudos Históricos**. v.2, n.4, 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2283>>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- REGIMENTO ESCOLAR. **Escola de Educação Básica Municipal Francisco Pereira de Andrade**. Itacima: Guaúba, 1995.
- SILVA, Vânia Cristina da. Os desfiles cívicos agitam a cidade de João Pessoa (1937-1945). In: **Fóruns Contemporâneos de Ensino de História do Brasil**. 2009. Campinas – SP; Faculdade de Educação, 2009. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/article/view/5638/4542>>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- TURNER, Victor. “Os símbolos no ritual Ndembu”. In: **Floresta de Símbolos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005. p. 49-81.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2ª Ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.

ZOTTI, Solange Aparecida. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Gráfica FE; HISTEDBR, 2006.

Submetido em: 06/2022.

Aprovado em: 06/2023.